

O “GRANDE” COMO SOLUÇÃO À IDENTIFICAÇÃO REGIONAL: ampliações e retrações das delimitações da região de Dourados-MS

Bruno Bomfim Moreno
Mestrando em Geografia - UFGD

RESUMO: A região, entendida aqui como construção social, passa a ter representações múltiplas ao passo em que seu recorte naturaliza-se na sociedade. É quando sua ideia extrapola a dimensão da concepção e passa a operar nas dimensões do percebido e do vivido. Esse processo levou, em específico, a Região da Grande Dourados a uma indefinição de delimitação, o que não impossibilitou a permanência do uso do título dessa regionalização. O artigo, nesse sentido, traz – balizado por ideias e/ou noções de região – a trajetória, o processo de construção da delimitação do que seria a Região da Grande Dourados, numa tentativa de combinar a história (centrada no município de Dourados) que ocorre no interior dessa regionalização com a história da própria delimitação.

PALAVRAS-CHAVE: Região; Representações; Regionalizações.

ABSTRACT: The region, understood here as social construction, is replaced by multiple representations while your cutout naturalizes into society. Is when your idea extrapolates the dimension of conception and begin operating in the dimensions of perceived and lived. This process led, in specific, the *Região da Grande Dourados* to a blurring of delimitation, which is not made it impossible to permanence of using of the title this regionalization. The article, in this sense, brings - buoyed by ideas and/or concepts of region - the trajectory, the construction process of delimitation of what would be the *Região da Grande Dourados*, in an attempt to combine the history (centered in Dourados) that occurs inside this regionalization with the history of it own delimitation.

KEY-WORDS: Region; Representations; regionalizations.

Introdução

Este artigo foi elaborado a partir de algumas inquietações a respeito da utilização da denominação Região da *Grande Dourados* que participa de um processo de naturalização do seu uso. Na tentativa de compreender essa naturalização, na primeira parte do trabalho, apresentamos uma pequena revisão bibliográfica acerca da temática regional, a partir da qual pretendemos atribuir balizamentos à trajetória do ensaio aqui em proposição. Munidos desses ideais, partimos à análise, em específico, da Região da *Grande Dourados*, anterior e

posteriormente à institucionalização da regionalização, num processo de combinar a história da Região com a própria história da sua delimitação.

A proposta do artigo é traçar a trajetória da construção (ou pelo menos uma possibilidade de construção) da ideia de Região da *Grande* Dourados e os desdobramentos dessa construção, enquanto ideologia presente nas relações sociais e enquanto materialidade, presente nos nomes e títulos das instituições, entidades profissionais e empresas, todas sediadas localmente, mas de atuação regional. O artigo tem por objetivo, ainda, evidenciar que o processo de naturalização da ideia da Região promoveu a indefinição da delimitação regional, ao passo em que, não só o poder público, mas empresas e instituições passam a propor novas regionalizações, conforme a sua área de atuação e/ou inserção. Nesse sentido, entendemos que ora há a ampliação e ora há a retração da abrangência da delimitação dessa Região.

Balizamentos da Ideia de Região

O uso do termo *balizamentos* parece-nos apropriado para a análise do regional, cuja noção acumula considerável produção intelectual, por isso requer, além dos cuidados epistemológicos, uma revisão qualificada do uso do termo nos espaços-tempos sob os quais recaem esta análise.

Não é o objetivo aqui fazer uma revisão bibliográfica acerca do conceito de Região, porque, além de vários profissionais já terem se debruçado em fazê-la de forma concisa, intelectualmente, consideramos que há profissionais muito mais capacitados para tal. No entanto, uma breve elaboração acerca do conceito de região nos é cara, uma vez que ela deverá, ou pelo menos deveria, guiar, delimitar o caminho que se pretende seguir neste artigo.

Por assim dizer, iniciemos a proposição com a contribuição de Lencioni (1989: 119), importante geógrafa que se dedica aos estudos da temática regional, que na década de 1990 já indicava que

[...] A ascensão e queda de um tema vai além da exigência de uma elaboração intelectual. Esta faz parte do processo de legitimação de forças políticas vivas, cuja ação social consegue institucionalizar alguns temas como resposta a demandas culturais e ideológicas de uma época.

Em conceituação contemporânea à de Lencioni (1989), Albuquerque Júnior (2008: 59) define que [...] *A região é, em grande medida, fruto dos saberes, dos discursos que a*

constituíram e que a sustentam. Percebemos, nesse sentido, similaridades nas proposições dos autores que, embora possuam óticas de análises diferenciadas – inclusive, diferenças que são espaço-temporais –, demonstram que pensar a região, é pensar para além daquilo que é material como o próprio Albuquerque Júnior (2008: 58) já definiria: *Um dado recorte espacial é sustentado, explicado, justificado, legitimado por dadas formas de saber, que se materializam em ações e discursos, práticas discursivas e não-discursivas [...].*

Ir além daquilo que é material não é uma insinuação de que entendemos a ideologia, as identidades, as racionalidades, os simbolismos como se não participassem da produção de uma dada realidade, de uma dada materialidade, assim como interpreta Santos (1996: 127): *A ideologia é um nível da totalidade social e não apenas é objetiva, real, como cria o real [...].*

Autores como Albuquerque Júnior (2008) e Haesbaert (2010), que também trabalham pela via das representações, inserem, na pauta de discussão do conceito de Região, elementos que extrapolam a dimensão do material e que envolvem os processos de regionalizações, discussão essa que desemboca na ideia/representação de espaço enquanto uma construção.

A partir de Lefebvre (1986), Haesbaert (2010: 161-162) considera três “momentos” da construção do conceito de espaço: o “**vivido**”, o “**percebido**” e o “**concebido**”. Utiliza-se dessa definição para organizar uma matriz de significações possíveis para o espaço, já que, para o autor, há o entendimento que esse conceito antecede o de território e esse, por sua vez, antecede o conceito de região.

Na elaboração de Albuquerque Junior (2008: 60), podemos perceber uma consonância entre as “instâncias espaciais” e o próprio conceito de Região do autor:

A região e sua reprodução passam, pois, pelo engajamento de forças sociais, de grupos sociais, de elites regionais, pela militância de indivíduos que subjetivam e participam do processo de subjetivação da identidade regional. A região, para realmente existir, para não ser um mero recorte político-administrativo, uma demarcação abstrata feita pelo Estado, que ninguém reconhece em nome do qual ninguém fala ou age, tem que existir para e nas subjetividades de quem a reconhece, a vivência e de quem a pratica ou em nome dela discursa.

[...] A região não é uma realidade natural, econômica ou política apenas: ela é uma construção cultural que se faz a partir e levando em conta estas outras dimensões do sublunar (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008: 60).

Outra elaboração que pode contribuir com os balizamentos acerca da ideia de Região é a indicação de Bourdieu (1998) em relação aos cuidados com os temas

regionalistas, assim como já elaborado em Queiroz (2006). Conforme Bourdieu (1998: 13), para compreender a luta pela definição da identidade regional, seria necessário [...] *romper com as pré-noções da sociologia espontânea, entre a representação e a realidade, e com a condição de se incluir no real a representação do real ou, mais exatamente, a luta das representações [...].*

Albuquerque Junior posiciona-se de forma semelhante, embora tratando em específico do trabalho do profissional da história – estenderíamos a assertiva ao trabalho de outros profissionais. Para o autor,

[...] O historiador do regional seria aquele que se voltaria contra qualquer cristalização do regional, que fugiria do gesto comum de alojar a região no passado, numa origem: seria aquele que tomaria o recorte regional como espaço de experiência aberto a horizontes de possibilidades outras. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008: 64)

Antes mesmo da regionalização...

O processo de construção da Região da *Grande Dourados* tem alguns aspectos interessantes na sua constituição e que desponta, atualmente, para uma indefinição da área de abrangência dessa regionalização, assim como, para uma indefinição dos motivos da atribuição dessa denominação a ela – *Grande Dourados*.

Antes de encaminharmos a discussão nesse direcionamento, acreditamos ser necessário figurar alguns aspectos da construção de representações do estado de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, do Centro-Oeste – ou mesmo do extremo Oeste brasileiro, de uma forma geral –, formadas a partir de concepções vindas do “litoral” brasileiro, cuja abordagem é importante à análise. A ocupação dessa grande área, um espaço longínquo às capitais culturais do país, parece ter sido postergada, não por uma instituição planejadora que determinou esse fato, mas pelas próprias imposições naturais do local em contraposição às fragilidades técnicas de quem pretendia explorá-la. Além dos nativos, os *negros da terra* (HOLANDA, 1986: 26) também funcionar como um natural empecilho à disputa territorial.

No desenvolver da sociedade luso-brasileira, o extremo Oeste brasileiro – enquanto local do desconhecido – resguardou as representações de *Sertão*, do não-habitado, além dos estigmas de barbárie que compunha esse conjunto de representações (ZORZATO,

1998; GALETTI, 2000) formadas no interior da sociedade que habitava o litoral¹, de onde se fabricava a ideia de Brasil, de brasilidades e dos espaços longínquos da nação.

Poucos eram os atrativos à ocupação dessa parcela do território, pois as passageiras ocupações guardavam muito mais interesses pontuais do que a fixação de grupos nessa localidade. Um exemplo notório de interesses nesse espaço foi a de captura de indígenas para servir de mão de obra escrava em outros locais no/do país, como já apontava Holanda. (1986: 26)

Esses interesses mudam a partir de dois eventos: a descoberta do ouro nas imediações de Cuiabá-MT (1718) e a Guerra da Tríplice Aliança (1864 - 1870) – que permitiu novos fluxos na *Bacia do Prata*. Porém, as ocupações decorrentes desses eventos, ainda assim, foram pontuais, ou seja, insuficientes para promover a dissolução de antigas estruturas territoriais e para propagar o domínio ideológico baseado em um poder central.

Já no Estado Novo, aquelas fronteiras delimitadas pela Guerra da Tríplice Aliança, no Oeste brasileiro, são ressignificadas e a ocupação fronteiriça passa a ser um assunto de especial interesse ao governo do Presidente Vargas. É nesse contexto que o governo federal promove o incentivo de ocupação dessa área, simbolicamente denominada como a “Marcha para o Oeste”. Essa ocupação não deve ser observada descolada das tensões, de ordens diversas, das áreas mais densamente ocupadas.

Como o Extremo Oeste preservava a representação do *Sertão*, atravessar as linhas fronteiriças que separava o Leste do Oeste era ir em direção ao mundo descivilizado, em contraponto à civilização, figurada pelo Sudeste. Em face dessa e de outras representações, fez-se necessária uma intensa campanha publicitária, capaz de diluir a ideia do Oeste no mundo civilizado e enaltecer as possibilidades advindas da nova ocupação, no intuito de atrair os possíveis migrantes. Evidencia-se nessas medidas governamentais uma articulação entre aquilo que é concreto (a “marcha”) e o que é imaginário (investidas publicitárias no sentido de construção de novas representações da terra prometida), no sentido de diluir as antigas representações e estrutura territorial da região no período.

O município de Dourados, nesse sentido, é escolhido para ser alvo dessa política de ocupação, implantada aqui na forma de uma Colônia Agrícola. A demarcação da Colônia possibilitou a democratização do acesso à terra localmente e formação de uma certa coesão territorial, um dos elementos, mesmo que com suas restrições, utilizados à regionalizações.

¹ O uso do termo litoral não deve ser entendido aqui como sinônimo de espacialidade homogeneizada e que se refere a todo o litoral nacional. Ao contrário disso, tratamos de um litoral específico, centrado nas figuras das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo (que não está localizada no litoral precisamente!), irradiadoras, unilateralmente, da cultura e da civilidade do período.

Assim, no próximo item serão abordados alguns aspectos da constituição dessa primeira “regionalização”, na tentativa de fazer combinar a história da região com a própria história da formação de seus limites. No sentido de combater a problemática já descrita por Albuquerque Junior (2008: 55): *A história ocorreria na região, mas não existiria história da região. A história da região seria o que teria acontecido no interior de seus limites, não a história da constituição destes limites*. Entendemos, nesse sentido, que a compreensão da regionalização deve ser construída a partir da constituição dos seus limites e dos eventos que levaram a essa constituição.

O grande município e a ainda pequena Dourados²...

O período ao qual nos referimos consolida-se com a constituição da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1943)³, importante marco na colonização do atual Mato Grosso do Sul e de ocupação da fronteira do extremo Oeste brasileiro. Esse marco foi estabelecido via política de ocupação demográfica, até então desconhecida regionalmente, pois o que havia, de fato, eram ocupações que, mesmo sob a ideologia de povoamento, não trouxeram alterações que diluíram o arranjo espacial pré-existente, mas permitiram a reprodução das antigas estruturas territoriais – como já elaborado anteriormente.

Portanto, o ponto de partida da análise – momento em que o pré-existente sofrerá alterações mais significativas – será o período em que o Sul do então estado de Mato Grosso esteve sob a influência da Cia. Matte Laranjeira, empresa que controlava grandes extensões de terras para a extração da Erva-Mate. O controle da empresa era de predomínio de “capitais externos”⁴ e como mão de obra utilizava, majoritariamente, estrangeiros. (OLIVEIRA, 1999; SILVA, 2000) Para Oliveira (1999: 13) a [...] *presença da empresa ervateira, na referida região representava para o governo federal uma barreira para o povoamento efetivo daquela área, uma vez que ela impedia a entrada de migrantes [...]*.

² A escolha do título é uma tentativa de brincar com as palavras, já que nesse momento o município possuía uma extensão territorial maior que a atual, porém, o núcleo urbano, de população reduzida, pouco exercia centralidade sobre outras vilas e cidades do Sul de Mato Grosso.

³ Nesse momento, o nome do *município* não é acompanhado de adjetivações, o que muda logo após a primeira regionalização, já na década de 1970.

⁴ A ressalva em relação à origem do capital da Cia. Matte Laranjeira se deve à publicação de Queiroz (2007:189), que alerta para os cuidados de não sermos precipitados em afirmar a existência de capital estrangeiro no controle da Companhia por todo o período de exploração da Erva-Mate no Estado de Mato Grosso. Para uma leitura minuciosa, ver: QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. Revisitando um velho modelo: contribuições para um debate ainda atual sobre a história econômica de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 87, p. 171-201, dez. 2007.

Nesse sentido, a ocupação da área pela empresa contrastava com a política promulgada pelo Estado brasileiro que, como intervenção nesse período, lançou a campanha da Marcha para o Oeste [...] *com o objetivo de ocupar econômica e demograficamente os espaços vazios ou escassamente povoados situados no interior do território brasileiro.* (SILVA, 2000: 104)

De forma mais contundente, Oliveira (1999: 90) entende que:

[...] a Marcha para Oeste do Estado Novo foi da maior importância no estabelecimento de uma ponte entre o movimento bandeirante e uma reencenação dele, através do cultivo de um espírito bandeirante. Agora, o território tinha de ser definitivamente ocupado [...].

Ganham importância nesse contexto a ocupação e o controle das fronteiras nacionais, ao passo em que, o Estado [...] *tornou-se sensível frente ao problema da presença de interesses ou populações estrangeiras nessas áreas de fronteira.* (SILVA, 2000: 104) O governo brasileiro, nesse sentido, decidiu desmembrar de algumas das unidades federativas, territórios nas áreas fronteiriças do país, passando a administrá-los diretamente. Dentre os territórios criados pelo Decreto-Lei nº 5812, de 13 de setembro de 1943, estava o Território Federal de Ponta Porã, que reunia os municípios de Porto Murtinho, Bela Vista, Dourados, Miranda, Nioaque e Maracaju, além de Ponta Porã, a capital.

No mesmo ano de criação do Território Federal de Ponta Porã, foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em 28 de outubro de 1943. A CAND foi responsável pela distribuição de mais de 8 mil lotes rurais (ver **Figura 1**⁵), contemplando pessoas de baixa renda, aptas ao trabalho agrícola e não proprietárias de terra (OLIVEIRA, 1999; SILVA, 2000).

A produção nessas unidades tinha caráter de subsistência, [...] *o cultivo se caracterizava pelo baixo nível de capitalização e pelo reduzido emprego de tecnologia no processo produtivo.* (SILVA 2000: 107) Apesar dessa configuração, por conseguinte à implantação da CAND, já na década de 1950, o município passa de insignificante centro de pecuária tradicional e extração ervateira a principal polo de produção agrícola do Estado⁶ (2000: 107). Em termos de densidade demográfica, segundo os dados do IBGE, acentua-se

⁵ Todos os mapas elaborados para este trabalho têm fonte citada na própria imagem, já que se tratam de elaborações do próprio autor.

⁶ Nesse caso, o autor refere-se à unidade federativa de Mato Grosso.

O “GRANDE” COMO SOLUÇÃO À IDENTIFICAÇÃO REGIONAL: ampliações e retrações das delimitações da região de Dourados-MS – por Bruno Bomfim Moreno

o crescimento nesse período: 1940 – menos de 15 mil habitantes; 1950 – 22.834 habitantes, e; 1960 – 84.955 habitantes.

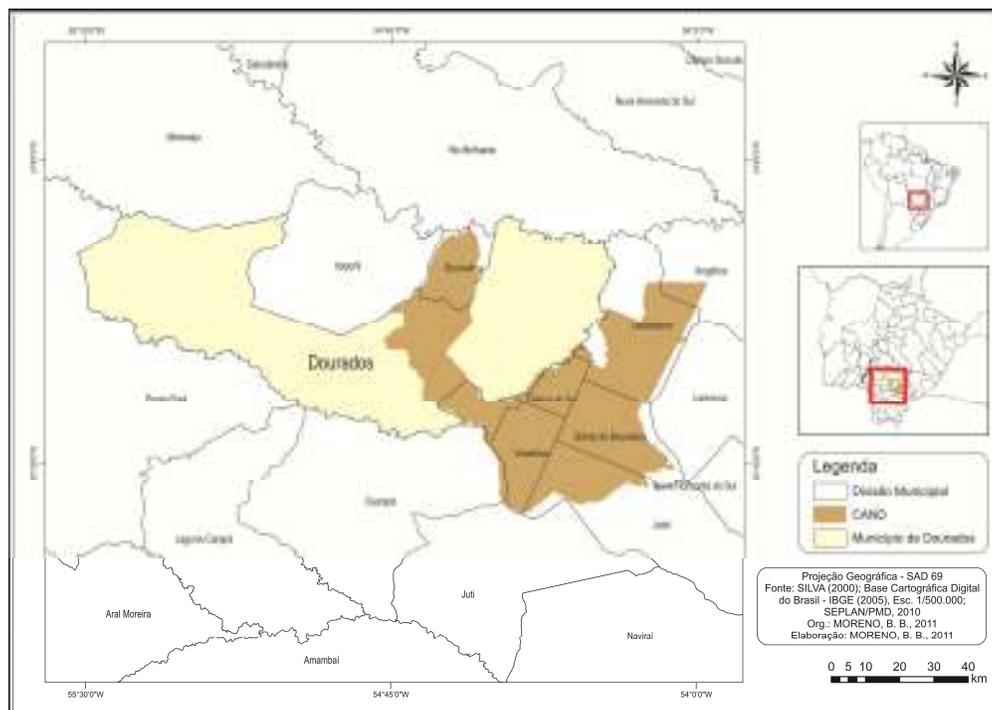


FIGURA 1 – Localização da CAND

Entre as décadas de 1950 e 1960, a população praticamente quadruplicou. Nesse contexto, a intensidade desse crescimento demográfico [...] favoreceu a criação de um mercado consumidor que viabilizou a expansão e concentração das atividades comerciais em Dourados, contribuindo para elevar a cidade a um novo patamar de desenvolvimento (SILVA, 2000: 111).

Ano	População Rural		População Urbana		Total
	Nº de habitantes	% sobre o total	Nº de habitantes	% sobre o total	
1940	13.164	82,06	1.821	12,15	14.985
1950	19.792	77,17	3.042	13,31	22.834
1960	74.198	77,50	10.757	12,66	84.955
1970	53.209	67,19	25.977	32,80	79.186

Tabela 1 – Dourados (1940 – 1970): População por situação de domicílio
Fonte: FERREIRA (2010)

Naquele momento, Dourados assumiu o papel de polo regional verificando-se que:

[...] o processo de dinamização desencadeado pela CAND não favoreceu apenas a Dourados, mas foi também um fator decisivo para a ampliação e conformação da atual rede urbana regional, ao dar origem, durante a década 50, a diversos povoados e vilas que posteriormente foram transformados em cidades. Entre os principais centros urbanos que se originaram diretamente do processo de ocupação promovido por aquele projeto de colonização, destacam-se Fátima do Sul, Glória de Dourados, Deodápolis, Douradina, Jateí e Vicentina. O surgimento desses novos centros forneceu importante contribuição para a superação da esquelética rede de cidades herdada do período anterior, ao mesmo tempo em que promoveu a densificação de relações que possibilitaram a promoção de Dourados à condição de centro embrionário de uma hierarquia urbana mais bem estruturada (SILVA, 2000: 111).

Por outro lado, a dinamização desse espaço que, posteriormente se configurou enquanto região, foi à custa do esforço de parcela da população que, submetida às campanhas publicitárias governamentais e à realidade de vida precária em suas localidades de origem, migrou. Ao se defrontar com as novas dificuldades impostas pelo novo local de morada, sejam elas de ordem técnica, econômica ou de assessoria, essa população entra no embalo de um novo movimento: o da migração campo-cidade.

A polarização como instrumento de regionalização

A democratização do acesso à terra a partir da CAND permitiu a ocupação do campo. Em contra partida, essa ocupação desdobrou-se na fundação de pequenas cidades, que por sua vez, no interior de dada coesão político-administrativa, contribuiu para uma série de emancipações municipais. Consequentemente, alterou significativamente as delimitações territoriais municipais do, ainda, estado de Mato Grosso.

Até 1970, apesar da cidade de Dourados crescer demograficamente, a população que residia no campo era superior. Alguns eventos de cunho político-econômico-social direcionaram de forma decisiva para o alinhamento da produção de uma nova materialidade, seja ela na escala local, regional ou mesmo nacional. A atuação do Estado no Centro-Oeste brasileiro, frente à ideologia da internacionalização da economia nacional, se deu a partir da criação de uma base material que permitisse à expansão da agricultura capitalizada para fins de exportação. Nesse sentido, foram eleitas áreas alvo (expansão da fronteira agrícola) que acolheriam a nova forma de produzir de caráter “moderno” e “modernizador”. No entanto, para a projeção dessas áreas como *locus* das atividades agroindustriais, foi

necessário implementar um conjunto de obras infraestruturantes, principalmente em relação às vias de escoamento e ao armazenamento da produção.

Dentre as intervenções de maior relevância regional, esteve o Programa Especial de Desenvolvimento da **Região da Grande Dourados** – PRODEGRAN (1976). Esse Programa integrava as ações do II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND, que, dentre os objetivos, propunha a ocupação de áreas menos densamente ocupadas, no sentido de conter o crescimento problemático das metrópoles.

Sobre o Programa, Abreu (2003: 172) explica:

[...] O Programa Especial da Região da Grande Dourados visava aproveitamento da potencialidade agrícola de que dispõem a região sul do Estado de Mato Grosso, envolvendo inicialmente 22 municípios – uma área de 82.661 km² ou 84,6 milhões de hectares – cujo polo de desenvolvimento seria a cidade de Dourados [...].

Essa intervenção deu origem ao termo *Grande* para designar o município de Dourados e sua área polarizada (ver **Figura 2**). A regionalização manteve o nome do município para designar a delimitação, já destacando os papéis regionais que, sobretudo, a cidade exercia naquele momento. Com o PRODEGRAN, momento em que a urbanização e as cidades (local e nacionalmente) adquirem novos papéis e significados, o Município deixa de ser o elemento central das políticas intervencionistas para dar lugar à Região, que passa a ter como ponto central a cidade de Dourados, eleita, então, para ser um polo de desenvolvimento regional, com a função de irradiar a dinamicidade econômica fomentada pelo Programa.

O “GRANDE” COMO SOLUÇÃO À IDENTIFICAÇÃO REGIONAL: ampliações e retrações das delimitações da região de Dourados-MS – por Bruno Bomfim Moreno

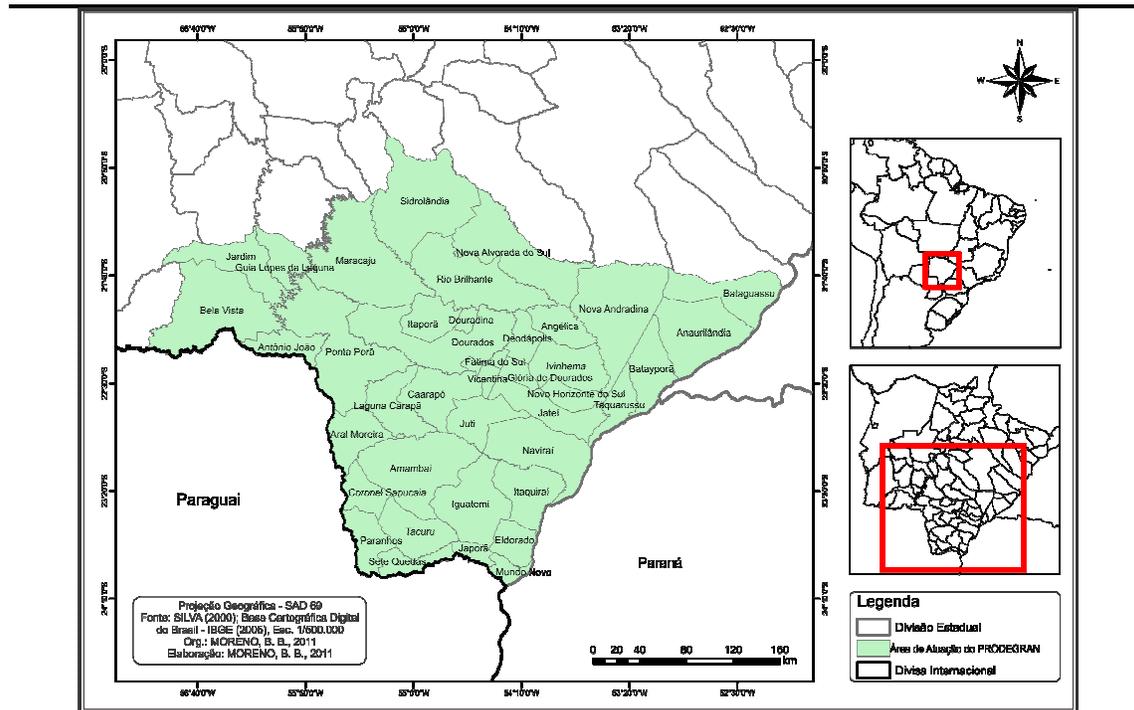


Figura 2 – Delimitação da Região da Grande Dourados

Como desdobramentos dessas intervenções de “modernização” da produção agropecuária, acirra-se, localmente, o movimento migratório campo-cidade. Em decorrência da tecnificação da produção agrícola há a diminuição da mão de obra do campo em contraposição a no campo, e a forma de ocupação desenvolvida pela CAND se desestrutura (ver **Tabela 2**), já que a nova forma de produzir propõe um novo arranjo no formato dos estabelecimentos, promovendo a diminuição – em número – dos pequenos estabelecimentos e as relações deles decorrentes. Inicia-se, assim, um novo período no processo de dinamização⁷ da economia local e, conseqüentemente, da expansão da urbanização.

⁷ É importante salientar que essa dinamização não significou melhor qualidade de vida à sociedade local como um todo, no entanto, condicionou a formação de uma elite agrária diferente de outros períodos, pois esta se insere num contexto de uma sociedade “urbana”/urbanizada, de consumo, de hábitos próprios da vida nas cidades.

Ano	1970		1975		1980		1985	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
- 10 ha	14.613	68.546	12.704	65.834	9.249	47.704	7.007	44.513
10 a – 20 ha	5.004	70.432	4.948	70.535	4.111	58.892	3.908	56.084
20 a – 50 ha	7.329	216.205	5.944	180.531	5.042	155.623	2.257	58.374
50 a – 100 ha	1.319	91.526	1.381	96.777	1.745	123.084	2.045	147.945
100 a – 500 ha	1.683	389.692	2.038	472.806	2.811	657.987	3.186	737.523
500 a – 1000 ha	517	369.944	631	451.068	783	559.738	822	582.787
1000 ou mais ha	820	3.105.751	988	3.941.308	1.135	3.832.615	1.198	3.692.492
Total	31.285	4.312.096	28.634	4.828.859	24.876	5.435.643	20.423	5.419.718

Tabela 2 – Microrregião de Dourados (1970 - 1996): Estrutura Fundiária
Fonte: Calixto (2004)

Se a divisão de propriedades com menos de 50 ha, entre 50 e 500 ha e acima de 500 ha for utilizada para referenciar pequenas, médias e grandes propriedades, respectivamente, o que se auffle nesse período de 15 anos (1970 - 1985) é a redução dos pequenos estabelecimentos em detrimento dos médios e grandes. Contabilizando, Calixto demonstra que houve a

[...] redução de 51,12% do número de estabelecimentos com menos de 50 ha. Por outro lado, houve um aumento de 74,25% dos estabelecimentos entre 50 e 500 ha, enquanto na classe dos estabelecimentos acima de 500 ha, o aumento foi de 51,08% (CALIXTO, 2004: 65).

A nova forma de produzir determinou não só a redefinição da inserção regional na divisão territorial do trabalho, como também, uma inversão demográfica (SILVA: 145). Esse processo pode ser apreendido a partir da **Tabela 3**, que evidência dois processos simultâneos. O primeiro é relativo à atração de pessoas a Dourados, que recebeu expressivo contingente populacional, com taxas de crescimento de 25,64%, 21,69 e 17,42%, nas décadas de 1970 - 1980, 1980 - 1991, 1991 - 2000, respectivamente. E o segundo é em

relação à migração campo-cidade: a inversão da situação domiciliar no município ocorre entre as décadas de 1970 e 1980, portanto, é nesse momento que a maior parte da população municipal passa a residir na cidade.

Ano	População Rural		População Urbana		Total
	Nº de habitantes	% sobre o total	Nº de habitantes	% sobre o total	
1970	53.209	67,19	25.977	32,80	79.186
1980	40.690	38,20	65.803	61,79	106.493
1991	18.977	13,95	117.007	86,04	135.984
2000	14.746	8,95	149.928	91,04	164.674

Tabela 3 – Dourados (1970 – 2000): População por situação de domicílio
Fonte: FERREIRA (2010)

No entanto, as funções da cidade estão fortemente vinculadas às atividades agrícolas, principalmente pela movimentação financeira ligada ao consumo produtivo. Portanto, apesar da expressão numérica da população que reside na cidade, o município ainda mantém fortes traços agrícolas. A esse respeito, Calixto propõe:

A criação de um conjunto de infra-estruturas necessárias para permitir maior fluidez material (mercadorias e pessoas) e imaterial (informações, conhecimento e capitais financeiros) (re)definiu a (re)estruturação socioespacial da cidade, tanto **regionalmente** quanto internamente, expressando novos sinais de complexidade na divisão territorial do trabalho, bem como novas formas de produção, apropriação e consumo do espaço urbano (CALIXTO, 2004: 56. Grifo nosso).

Nesse sentido, a cidade acaba reafirmando-se regionalmente como um centro dinâmico, exercendo centralidade, sobretudo, aos municípios do Sul de Mato Grosso do Sul. Isso se verifica tanto em relação ao consumo produtivo – a cidade concentra diversas concessionárias de maquinários agrícolas e de carros, por exemplo –, quanto ao consumo consuntivo: a cidade torna-se referência, regionalmente, no que se refere ao comércio e serviços.

A institucionalização das regionalizações

A academia, nas mais diversas áreas do conhecimento, ora ou outra é chamada a cumprir com um de seus papéis: estar a serviço do Estado (e não subjugar-se a ele!), na

esfera de poder em que for requisitada, seja ela federal, estadual ou municipal. Afinal é ele, o poder público, quem mais tem meios em divulgar trabalhos científicos.

Os problemas que cercam essa requisição são as intenções políticas camufladas na utilização de trabalhos dessa estirpe, mas, afinal, qual atitude está desprovida de um senso político? Longe de fazer julgamento às intencionalidades individuais e/ou coletivas de determinadas administrações – já que esse não é o objetivo aqui – destacamos o papel que o Estado, na figura de suas diversas instituições, tem de cristalizar determinadas representações que, falseadas ou não, partem, em boa parte, de trabalhos acadêmicos. Isso quer dizer que, havendo um objetivo político a ser alcançado – a criação, a invenção, a fabricação de uma verdade – parecem ter, áreas da academia, se travestido da função de cientificizar aquilo que se pretende construir no imaginário coletivo, isto é, possibilitar que verdades sejam, de fato, verdades.

As regionalizações, artifícios do planejamento estatal, ganham destaque por causa de um de seus significados primeiro: recortar o território. Afinal, o que seria das administrações públicas sem os cortes e os recortes territoriais? Como seria se não houvesse os mosaicos de jurisdições que nos permitem fazer comparações e diferenciações espaciais? O que seria do Leste se não houvesse o Oeste para fins de comparação?

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), dentre as instituições sob o controle do Estado, tradicionalmente, tem proposto regionalizações do/no território nacional. A criação do Instituto em 1934, com sede na cidade do Rio de Janeiro, confunde-se com o próprio surgimento da graduação em Geografia no Brasil, na Universidade de São Paulo (USP), também em 1934⁸.

Desde a sua implantação, o Instituto, que originalmente chamava-se Instituto Nacional de Estatística, tem suas atividades de pesquisa ligadas às geociências e às estatísticas sociais, demográficas e econômicas. Na posse desses dados, além de produzir seus próprios trabalhos e relatórios, disponibiliza às administrações (federal, estadual e municipal) representações espaciais, seja na forma estatística ou cartográfica.

Não o bastante, o IBGE tem elaborado suas próprias regionalizações que dão suporte às administrações públicas à organização de programas e ações governamentais. Um exemplo característico desse tipo de trabalho é a delimitação da Região de Fronteira, que tem ações conjuntas de ministérios, universidades e pesquisadores.

Como proposta analítica da abrangência e da retração da centralidade exercida por Dourados nas regionalizações, elencamos alguns mapas que permitem entender a

⁸. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2012.

mobilidade dos limites regionais que têm Dourados como referência, ora como município, ora como cidade polo ou mesmo um ponto que exerce centralidade na rede urbana. A opção pelos mapas se deve, primeiro, por sua função didática, e também, pelo seu “poder” em forjar identidades.

Apesar de não ser esse o caso para a Região da *Grande* Dourados, entendemos que a reprodução da delimitação territorial na forma de mapa é um instrumento específico na formação do conjunto de representações de um dado território, como é o caso do Estado de São Paulo que traz, em suas campanhas publicitárias (antitabaco, por exemplo) e assentadas em calçadas de pedra portuguesa, uma representação genérica da delimitação territorial do estado. Caso parecido e mais simbólico é o da Itália, que correlaciona o formato do país ao de uma bota.

Não entendemos que esse seja o caso da Região da *Grande* Dourados, porque essa delimitação, apesar de ter sido estabelecida pelo PRODEGRAN, atualmente, não apresenta um formato fechado, pois, ora ou outra, municípios são inseridos e/ou excluídos dessa regionalização. Assim, a delimitação territorial não está presente no repertório/imaginário social, basta perguntar às pessoas quais são os municípios que a compõem e qual o formato assumido por essa Região.

No sentido, então, de comparar as diversas regionalizações, são elencados alguns exemplos que entendemos que são representativos pelo caráter de institucionalidade – utilizadas por administrações públicas e instituições (privadas ou não) para planejamento e/ou na organização territorial onde se pretende atuar. Justamente por esse caráter de institucionalidade, as delimitações possuem a incrível capacidade de serem naturalizadas e utilizadas como base material, inclusive para os recortes espaciais de trabalhos científicos.

Nesse sentido, a primeira regionalização a ser elencada é a **Microrregião de Dourados**, que abrange 13 municípios: Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Caarapó, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã, Rio Brillhante e Vicentina (ver **Figura 03**). Esse recorte é muito utilizado em trabalhos acadêmicos como base espacial para o desenvolvimento de pesquisas – como aqui, para ilustrar a estrutura fundiária da microrregião.

Já em relação às regionalizações que partem do próprio estado de Mato Grosso do Sul, na administração do Governador Zeca do PT⁹, o Instituto de Planejamento de Mato Grosso do Sul (IPLAN/MS), em 2000, propôs um plano de desenvolvimento regional,

⁹ José Orcirio Miranda dos Santos esteve à frente da administração estadual por dois mandatos, entre os anos de 1999 e 2007.

dividindo o estado em 8 Regiões de planejamento. A regionalização proposta manteve a denominação de **Região da Grande Dourados** (ver **Figura 04**), cuja cidade polo é Dourados, que polariza os municípios de Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jatei, Maracaju, Rio Brilhante e Vicentina – totalizando 11 municípios.

Recentemente, o Governo Estadual assumiu um novo posicionamento em relação ao planejamento. Em oposição à regionalização da Administração do Governo Zeca do PT, na administração do Governador André Puccinelli (PMDB) foi elaborado o Zoneamento Ecológico Econômico (ver **Figura 05**), uma regionalização que tenta associar diversos elementos numa só base – sobreposição de características.

Diferente das regionalizações anteriores, essa retoma uma prática comum na geografia: a bacia hidrográfica como unidade básica de planejamento. Inseridos nesses recortes – limites do meio natural (coesões naturais) – estão os Polos de Integração. Portanto, Dourados tem sua importância regional novamente elencada, porém, aparece como um ponto e não como uma zona, ou seja, o que está presente nessa formulação é a ideia da rede e não mais da Região Zona – isso quando consideradas as cidade polo. Quando consideramos o meio físico, a bacia hidrográfica, a representação novamente trabalha com a ideia de área, ou seja, essa regionalização mistura regiões formadas por pontos e áreas.

Outra forma de regionalização que considera pontos no território é o da rede urbana. O IBGE publicou em 2008 a pesquisa **Regiões Geográficas de Influência de Cidades** (REGIC) – estudo das tendências que a rede urbana brasileira assume atualmente. Ao que se refere à rede urbana, Dourados está ligada à área de influência de São Paulo por intermédio de uma Capital Regional A (Campo Grande), sendo considerada uma **Capital Regional C**, que abrange relação direta com 21 municípios e quando consideradas as relações indiretas, acrescentam-se mais 13 municípios na sua área de influência, totalizando 34 municípios, dois deles do estado do Paraná – Terra Roxa e Guaíra – ver **Figura 06**.

O “GRANDE” COMO SOLUÇÃO À IDENTIFICAÇÃO REGIONAL: ampliações e retrações das delimitações da região de Dourados-MS – por Bruno Bomfim Moreno

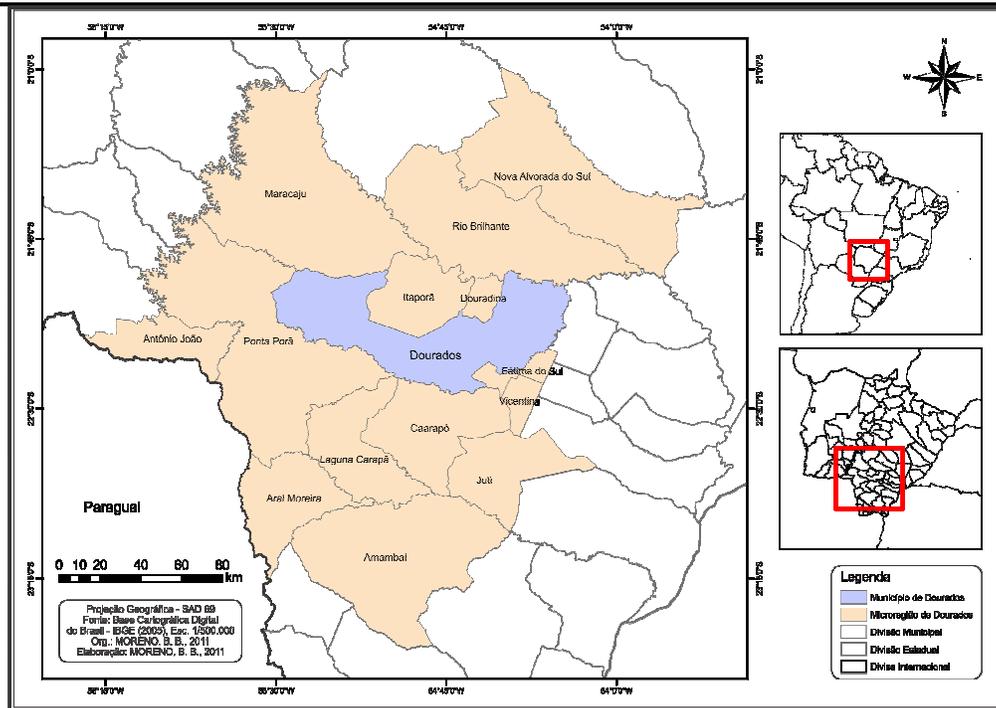


Figura 03 – Microrregião de Dourados (2005) – IBGE

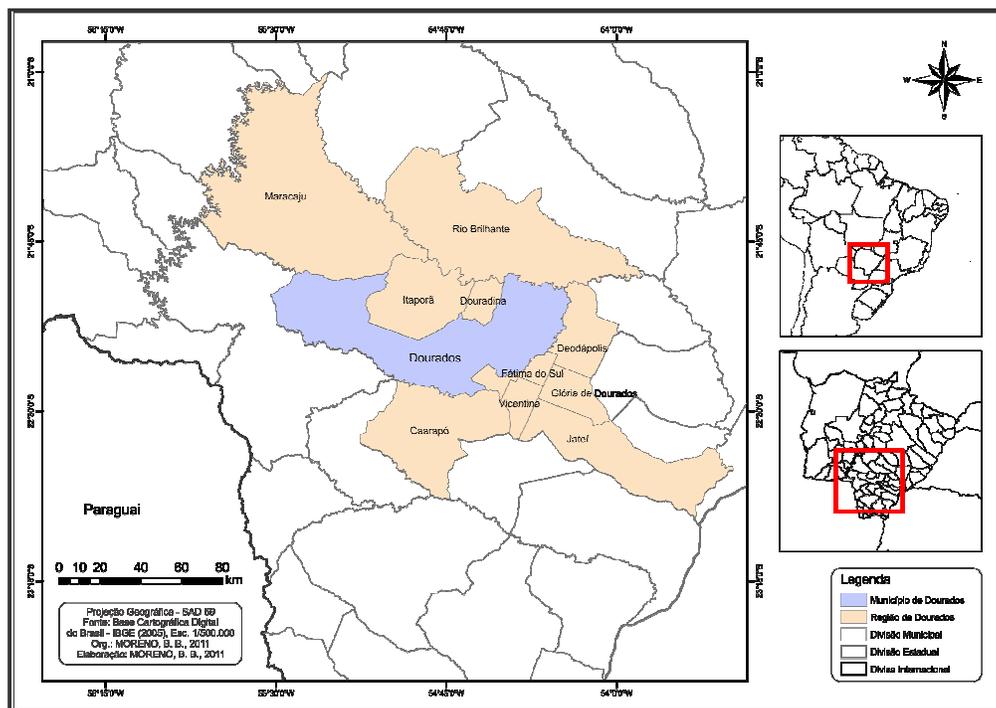


Figura 04 – Região da Grande Dourados (2000) – Gov. do Estado de MS

O “GRANDE” COMO SOLUÇÃO À IDENTIFICAÇÃO REGIONAL: ampliações e retrações das delimitações da região de Dourados-MS – por Bruno Bomfim Moreno

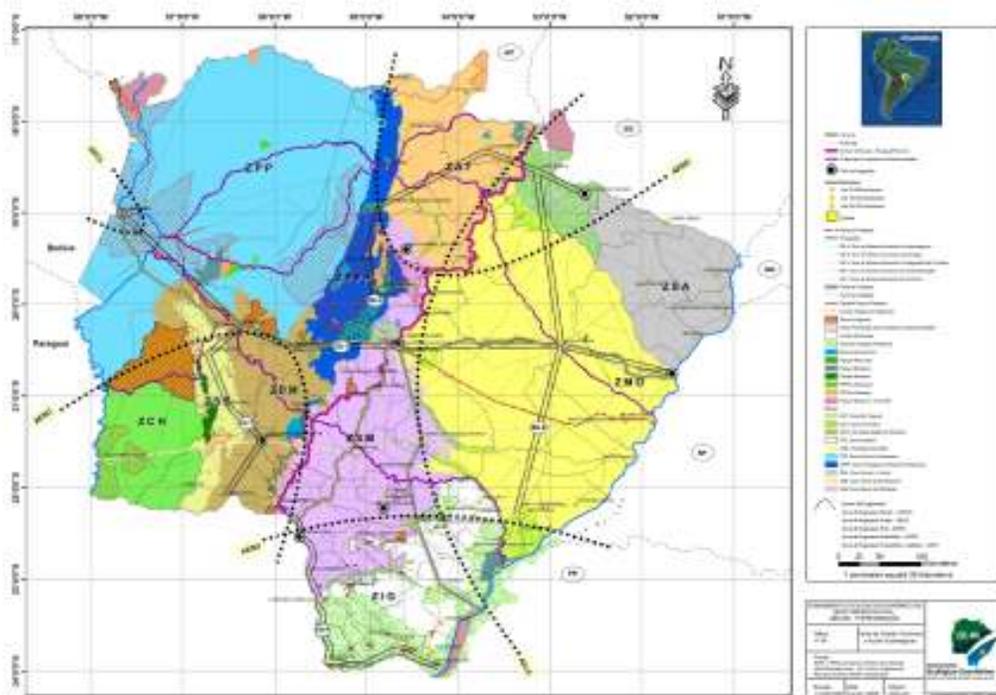


Figura 05 – Zoneamento Ecológico Econômico (2009)
Fonte: MATO GROSSO DO SUL (2009)

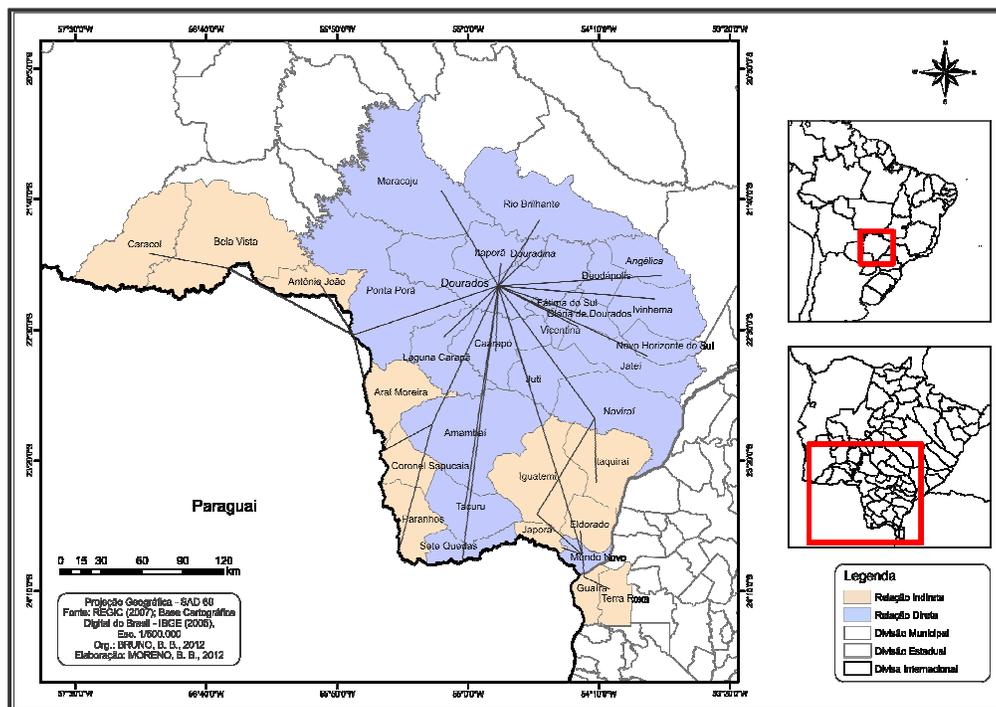


Figura 6 – Região de Influência de Dourados (2007) – IBGE/REGIC

A naturalização do uso do *grande* e a (in)definição de recortes

O PRODEGRAN, programa que institucionalizou a área polarizada por Dourados, deu início à naturalização do processo de entendimento do município, ou melhor, da cidade, como um centro irradiador de desenvolvimento. As instituições, entidades de classe e empresas surgidas no período do programa acabaram por absorver a ideia da *Grande Dourados* e incorporaram em seus nomes essa referência de atuação ampliada, não limitada ao município de Dourados.

No entanto, o termo não ficou esquecido no tempo. Ainda hoje há o surgimento de instituições¹⁰ que em seus nomes há a referência àquela regionalização que, atualmente, é outra/são outras. Portanto, trata-se de construções outras da ideia e da representação dessa região, que passa a ser diferente daquela delimitação que deu origem à denominação *Região da Grande Dourados*.

Esse processo é problematizado por Albuquerque Junior (2008:55), cujo entendimento é de que,

[...] quando se trata de pensar os espaços, a região aparece como um dado da realidade que não precisa ser em si mesmo pensado ou problematizado, não precisa ser tratado historicamente. A região aparece como um dado prévio, como um recorte espacial naturalizado, a-histórico, como um referente identitário que existiria *per si*, ora como um recorte dado pela natureza, ora como um recorte político-administrativo, ora como um recorte cultural, mas que parece não ser fruto de um dado processo histórico.

As regiões, portanto, não pré-existem aos fatos que a fizeram emergir; as regiões são acontecimentos históricos, são acontecimentos políticos, estratégicos, acontecimentos militares, diplomáticos, são produto de afrontamentos, de disputas, de conflitos, de lutas, de guerras, de vitórias e de derrotas. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008: 58).

Assim, no sentido de mostrar evidências da naturalização do uso do termo *Grande Dourados*, nada como a produção social para dar os sentidos, montar as representações dessa construção que é a Região. O artifício utilizado para cumprir esse objetivo serão os nomes escolhidos para intitular determinadas Instituições – seja ela comercial, educacional, de representação de classe –, que incorporaram a regionalização para dar abrangência à sua atuação. Nesse sentido, propusemos uma divisão dessas entidades em dois grupos.

¹⁰ Genericamente, utilizaremos **Instituições** para designar entidades (sindicais, representação de classe), empresas e cooperativas.

Há um grupo que traz evidenciado a sua regionalização, pois parece ter, claramente, o recorte espacial em que se insere – como é o caso da Cergrand e da UFGD. Por outro lado, há um segundo grupo que traz a adjetivação mais como instrumento de referência da sua atuação ampliada, ou seja, uma atuação que extrapola o nível local. Nesse grupo, destacaríamos os seguintes nomes: *Grande FM 92,1* – a sua rádio em Dourados e região, de razão social Rádio e Televisão Gran Dourados Ltda.; *UNIGRAN* – Centro Universitário da *Grande* Dourados, cuja mantenedora chama-se Sociedade Civil da *Grande* Dourados – o antigo nome da instituição; IEGRAN – Instituto Educacional da *Grande* Dourados; Comércio de Bebidas Grandourados; Mudanças e Transportes Grandourados; Concessionária FIAT – Grandourados Veículos Ltda.

Participam desse grupo também as diversas associações e sindicatos sediados na cidade de Dourados, como por exemplo: a Associação dos Enfermeiros da *Grande* Dourados¹¹ – associação civil destinada ao incentivo científico-cultural e fortalecimento da categoria profissional dos Enfermeiros, cuja fundação se deu em 2003 com o intuito de agregar os Enfermeiros da Região da *Grande* Dourados; a Associação Médica da *Grande* Dourados - AMGD¹², fundada em 23 de julho de 1970; a Associação dos Despachantes da *Grande* Dourados, sem dados da fundação; a Associação de Combate ao Câncer da *Grande* Dourados – ACCGD, sem dados da fundação; o Sindicato dos Jornalistas da *Grande* Dourados, sem dados da fundação; a Associação dos Contabilistas da *Grande* Dourados, fundada em 20 de agosto de 1978, passando a ser, em 15 de junho de 2004, Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e dos Contabilistas Autônomos da *Grande* Dourados¹³; e a Associação de Engenheiros Agrônomos da *Grande* Dourados – AEAGRAN, fundada em 7 de setembro de 1977¹⁴.

Essas instituições têm a sua própria regionalização, porém para mapeá-la seriam necessários dados complementares para aferir a área abrangida por cada um deles, ou seja, mapear a *Grande Dourados* de cada um.

Retomando o primeiro grupo, onde há a explicitação da regionalização, trouxemos dois casos que entendemos ser interessantes: a Cergrand e a UFGD. A Cergrand – Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural da *Grande* Dourados, teve sua fundação em 1976 – portanto, no mesmo ano de início do PRODEGRAN –, com 28

¹¹ Informações disponíveis em: <http://associacaodosenfermeirosaegd.blogspot.com/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2012.

¹² Disponível em: <http://www.amgd.com.br/>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2012.

¹³ Disponível em: <http://sincondourados.com.br/missao.php>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2012.

¹⁴ Disponível em: http://www.aeagran.com.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=4. Acesso em: 25 de fevereiro de 2012.

associados. Sobre a atuação da Cooperativa, o Anuário *Dourados 50 anos (1985: s/d)* explica:

O início da eletrificação rural do Mato Grosso, teve no pioneirismo da CERGRAND, o arrojo e a competência da concretização de seu ideal. Levar a energia elétrica ao homem do campo, enfrentando as mais adversas condições de trabalho, que dificultavam os serviços de implantação.

Ainda sobre a atuação, a própria Cooperativa¹⁵ descreve que:

[...] foi o ponto de partida, o divisor de águas, representando o fim “da era do lampião a querosene” que reinava soberano nos sítios e fazendas do interior, para o advento da “era da energia elétrica”, marco de progresso e poderosa alavanca de desenvolvimento da então nova e promissora fronteira agrícola.

Atualmente, conforme informações da *homepage* da Cooperativa, ela atua na distribuição de energia elétrica rural nos municípios de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Deodópolis, Glória de Dourados, Jateí, Caarapó, Juti, Itaporã, Douradina e Rio Brillhante, portanto, se o artifício para a regionalização da Cergrand for a abrangência de atuação, a sua *Região da Grande Dourados* é composta por 11 municípios. Apesar de trazer em seu nome a atuação regional e utilizar do *marketing* dessa inserção, não há uma construção de mapas ou imagens que fixem essa abrangência.

O outro caso da utilização da referência da institucionalização é o da Universidade Federal da *Grande Dourados*, cuja criação se deu em 2005. Esse talvez seja um exemplo mais recente da incorporação da regionalização no nome de uma instituição. A UFGD, assim como as outras instituições de ensino superior da cidade, tem sua clientela baseada na escala regional, porém em alguns cursos de graduação e pós-graduação a centralidade exercida pela instituição extrapola essa escala.

A instituição tem um documento próprio de criação, no qual traz não só o perfil municipal, mas um perfil da Região onde a instituição procura inserir-se. Diferente da Cergrand – que apenas cita sua área de atuação –, a universidade mapeou o que seria a sua Região de atuação, a sua *Grande Dourados*.

Evidentemente que, por se tratar de uma Universidade, o discurso tem uma linguagem diferenciada, possui um caráter mais cientificizado, porém, os objetivos dessa nomenclatura não são diferentes em nenhum dos casos abordados por esse trabalho – ela,

¹⁵ Disponível em: <http://www.cergrand.com.br/>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2012.

a nomenclatura, sempre tem a finalidade de explicitar a inserção (abrangência) da atuação de cada Instituição. Isso fica claro no seguinte fragmento do documento¹⁶:

Essa delimitação realizada pela Instituição tenta elencar as potencialidades que o ensino superior, oferecido pela UFGD, pode alcançar, destacando, nesse sentido, os papéis regionais assumidos pela Universidade: uma inserção regional.

O projeto de criação da Universidade vem esclarecer que ela também se insere dentre aquelas instituições ou entidades que absorveram a ideia da regionalização. Ideia essa que tem uma origem, como aponta o projeto¹⁷:

Desde a delimitação espacial realizada pela SUDECO (PRODEGRAN) e da maciça divulgação desencadeada pelos meios de comunicação, a terminologia Região da Grande Dourados consolidou-se no imaginário popular, abrangendo a porção sul do território que hoje constitui Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, a regionalização presente no projeto de criação da Universidade acaba confundindo-se com a área de atuação do PRODEGRAN. Os municípios que o projeto considera como componentes da Região da *Grande* Dourados são: Amambai, Anaurilândia, Angélica, Aral Moreira, Antônio João, Baitaporã, Bataguassu, Bela Vista, Caarapó, Coronel Sapucaia, Deodópolis, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Japorã, Juti, Jateí, Iguatemi, Itaporã, Itaquiraí, Ivinhema, Laguna Carapã, Maracaju, Mundo Novo, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Naviraí, Novo Horizonte do Sul, Ponta Porã, Paranhos, Rio Brilhante, Sete Quedas, Tacuru, Taquarussu, e Vicentina, totalizando 37 (trinta e sete) municípios.

Apesar de o PRODEGRAN definir uma quantidade de municípios diferentes do projeto de criação da Universidade, é preciso considerar que a regionalização elaborada pelo Programa (22 municípios) é de 1976 e a da Universidade (37 municípios) é da primeira década dos anos 2000, portanto, trinta anos se passaram. Nesse período houve uma série de emancipações municipais, o que promoveu novos limites territoriais no Mato Grosso do Sul.

Comparando essas delimitações (PRODEGRAN e UFGD), observa-se a diferença de três municípios: Guia Lopes da Laguna, Jardim e Sidrolândia – todos no Noroeste da

¹⁶ Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/sobre/projeto-criacao-ufgd.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2012.

¹⁷ Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/sobre/projeto-criacao-ufgd.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2012.

delimitação – que, apesar de estarem presentes no PRODEGRAN, não são incluídos na regionalização do projeto de criação da UFGD.

Como a Universidade é o objeto com o qual mais temos proximidade, é sobre ela que podemos destacar algumas experiências em relação à utilização dessa nomenclatura. E a experiência a ser destacada é o contato com o nome da Instituição, daqueles que desconhecem o que seria a *Grande Dourados*, portanto, uma perspectiva externa, minimamente, do estado de Mato Grosso do Sul.

Se entendermos a Região da *Grande Dourados*, seja em qualquer das delimitações abordadas por este trabalho, como uma escala inferior (porção menor) dos *Sertões* abordado por Galleti (2000), não fugimos de nenhuma daquelas representações que apenas assumem, hoje, novas roupagens. Parece haver persistências em provocar o sentimento de constrangimento material a determinadas formas de organizar o território, consideradas como pretéritas. Apesar de o tempo ter passado e o espaço mudado, as áreas menos dinâmicas do país são consideradas como fardos do atraso às regiões mais dinamizadas do país.

Essa concepção de espaço surge daqueles que parecem ter herdado, divinamente, a função de atribuir representações aos desprovidos/desalojados de cultura e civilidade que só as metrópoles podem oferecer.

Não é de se estranhar, portanto, que o primeiro contato com o título *Grande Dourados* cause espanto, algum tipo de desconforto, já que essa denominação é atribuída, geralmente, às Regiões Metropolitanas do país. Não seria imaginável, no extremo Oeste brasileiro, haver um processo de urbanização desse nível, nessa intensidade ao ponto de haver a constituição de uma metrópole – tradicional “berço” da cultura e do conhecimento.

Quem entende o espaço nacional por essa ótica parece estar correto, exceto talvez o caso da capital do país, Brasília, a metrópole da Região Centro-Oeste. Mas, afinal, quem considera Brasília como parte integrante da periferia brasileira?

O que interessa dessa confusão toda é que, logo que percebemos o embaraço alheio (Dourados uma metrópole?!), já tomamos os cuidados para resolvê-lo: *Não... O Grande não refere-se a uma Região Metropolitana!*

Desembaraçados os embaraços, damos continuidade às nossas vidas como quem nada tem relação aos sentimentos alheios: de alívio, pela falta de uma metrópole nessa porção territorial; e de desdenho, daqueles que têm piedade dos interioranos desprovidos de elegância que só centros culturais do país proporcionam.

E que essa afronta discursiva não se torne um cabo de guerra identitário, pois o intuito da discussão não foi esse. Foi, assim como descrito por Albuquerque Júnior, não se pensar regionalmente, circunscrito, inferior, logo de partida. Para o autor,

O historiador [e outros profissionais] do regional tem que deixar de ser o historiador regional, aquele que aceita que o seu trabalho seja avaliado e definido a partir desta circunscrição espacial, que toma um dado espaço definido como regional para afirmar um espaço epistêmico próprio (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008: 65).

Nesse sentido, entendemos que seja necessário o “montar” e o “desmontar” das representações, pois só o fato de pensá-las já caracteriza um bom resultado: de poder entender aquilo que incorporamos e que nos foi incorporado.

Considerações Finais

Alguns aspectos pontuais da História e da Geografia do município de Dourados, e da região por extensão, foram elencados no trabalho. Apesar de aparentar não terem relação com a delimitação regional, participam de um contexto mais amplo que interfere nas regionalizações. Pontualmente, como são os casos: a delimitação da CAND, que promove a ocupação da Região e, respectivamente, a emancipação de distritos pertencentes ao município de Dourados; a demarcação da CAND deu uma característica bem própria à Microrregião, uma estrutura fundiária não monopolizada, onde há a maior distribuição de estabelecimentos rurais em relação à sua ocupação, se comparado a nível estadual; o desenvolvimento da agropecuária regionalmente participa, também, da construção identitária da Região, já que essa foi vocação que lhe coube, construída ao longo de programas e planos governamentais; o porte que a cidade de Dourados alcança coloca-a na condição de polo regional, o que reafirmou sua presença regionalmente; a partir do crescimento demográfico, novas funções e papéis são definidos para a cidade, que passa a exercer centralidade na oferta de produtos e serviços na rede urbana regional.

Esse trajeto é importante para construir o entendimento de que – apesar da institucionalização da ideia de Região da *Grande* Dourados pelo PRODEGRAN –, a Região, ao se naturalizar, perdeu o seu rigor de delimitação. Assume agora inúmeras configurações. Dependendo das intencionalidades das regionalizações, há retrações e ampliações das delimitações regionais que sempre preservaram a presença de Dourados, acompanhada do adjetivo *grande*, em seus títulos.

Como proposta de uma análise que possa problematizar mais essa regionalização e que possa envolver as disputas de poder envolvidas na delimitação, seria importante considerar a história e fundação dos outros municípios e como eles são incorporados e/ou excluídos nessa Região. Para que não haja confusão, como se a história de Dourados fosse a história da Região, no título já antecipávamos que a análise contemplaria a perspectiva da polaridade exercida por Dourados, sobretudo pela cidade de Dourados, que concentra, sedia as instituições, entidades e empresas citadas.

Referências Bibliográficas

ABREU, Silvana. *Planejamento Governamental: a SUDECO no espaço Mato-Grossense. Contexto, propósitos e contradições*. São Paulo, 2011. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH/USP.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval M. de. O Objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados: Ed. UFGD, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

BOURDIEU, Pierre. A Identidade e a Representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAND, Antônio. *O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá*. Porto Alegre, 1993. Dissertação (Mestrado) - PUC/RS.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. *Produção, Apropriação e Consumo do Espaço Urbano: uma leitura geográfica da cidade de Dourados-MS*. 1. ed. Campo Grande: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2004.

CHRISTALLER, Walter. *Os lugares centrais na Alemanha do Sul*. Tradução de Mario Antônio Eufrásio (versão preliminar). São Paulo, 1981. (Mimeo.) (publicação original de 1933).

DOURADOS-MS, *Anuário Dourados – 50 anos*. Dourados: Edição de Equiplan Serviços Gráficos, Produção de Elio J. Brunetto e Jonas D. Muraski, 1985.

GALETTI, Lylia S. G. *Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. 358 f. Tese (Doutorado em História Social) FFLCH/USP, São Paulo.

HAESBAERT, Rogério. *Regional-Global: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. Espaço como Categoria e sua Constelação de Conceitos: uma abordagem didática. In: TONINI, Ivaine Maria; (Org.) *et alii*. *O Ensino de Geografia e suas composições curriculares*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Cultura, 1986.

LEFEBVRE, Henri. *La Production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1986 [1974].

LENCIONI, Sandra. A mudança do discurso desenvolvimentista face à crise da economia. A falência das políticas de desenvolvimento regional. *Revista do Departamento de Geografia da USP*, São Paulo: 1989, p. 119-128.

MATO GROSSO DO SUL. *ZEE-MS – Zoneamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul*. Mapa 54. Campo Grande, 2009.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A Política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1938-1945)*. Assis, 1999. Dissertação (Mestrado em História), FCL/UNESP.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio). *Diálogos*, Maringá, v.10, n 02, p. 149-184, 2006.

_____. Revisitando um velho modelo: contribuições para um debate ainda atual sobre a história econômica de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 87, p. 171-201, dez. 2007.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Mário Cezar Tompes da. *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados-MS*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Geografia)-FFLCH/USP.

SILVA, Valéria Ferreira da. *Os Papéis de Dourados-MS no Contexto Regional: apontamentos para a análise de uma cidade média*. Dourados, 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCH/UFGD.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e Identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1938)*. 1998. 181 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

Recebido em: 04/10/2012

Aprovado em: 01/12/2012